

ano 9 - n. 16 | setembro 2019/fevereiro 2020
Belo Horizonte | p. 1-230 | ISSN 2316-5499
R. de Contratos Públicos – RCP

Revista de
CONTRATOS PÚBLICOS

RCP

FORUM
CONHECIMENTO JURÍDICO

Sumário

DOCTRINA

ARTIGOS

A consensualidade administrativa no aplicar a lei de ofício – Um ensaio a partir da contribuição de Duguit para a mudança de paradigmas no Direito Administrativo

Alexandre Jorge Carneiro da Cunha Filho	9
1 Transformações no Direito Público – Introdução	9
2 O fetichismo da lei no Direito Administrativo	11
2.1 O caso brasileiro	12
3 O princípio da legalidade aplicado à administração	13
3.1 Do ideal positivista de plena vinculação da função administrativa à lei	14
3.2 Problemas advindos da crença no mito.....	15
3.2.1 A ação despropositada.....	15
3.2.2 A omissão danosa	16
3.2.3 A irresponsabilidade	17
4 Perspectivas à vista do consenso e da participação democrática como pilares do Direito Administrativo do século XXI	17
4.1 Desafios no porvir: cidadão e processo	18
5 Conclusão.....	20
Referências.....	21

A Lei Federal nº 13.848/2019 e as regras de vacância em agências reguladoras federais brasileiras: uma avaliação ponderada de suas vantagens e desvantagens

Fernando Villela de Andrade Vianna, Ricardo Fenelon Junior	25
I Introdução.....	26
II Breves considerações sobre as Agências Reguladoras, a origem de sua independência e o processo de nomeação de seus Diretores.....	29
III Paralisia regulatória decorrente de vacância em Agência Reguladora, o mecanismo brasileiro da “lista de substituição” e a solução do direito comparado	36
IV Conclusão.....	43

Contratos públicos – Termo de cooperação e autorização para realização de EVTEAs e modelagens em concessões

Francisco Alpendre	47
1 Introdução.....	47
2 O ocaso do PMI	48
2.1 Ausência de penalidade em caso de desistência por parte da Administração.....	48
2.2 Ausência de critérios objetivos para escolha do projeto mais adequado/risco de judicialização	49
2.3 Desinteresse de servidores concluírem o processo	49
3 O termo de cooperação e autorização.....	49
3.1 Comprometimento integral da instituição privada com a entrega do projeto, com estímulo total para a assinatura do contrato	51

3.2	Mitigação do risco administrativo interno e ausência de governança	51
3.3	Diminuição do risco de judicialização da fase pré-licitatória	52
3.4	Possibilidade de adequação de projetos ruins	52
4	Conclusão	52

A entrada de novos atores nas concessões de serviços públicos: a superação da racionalidade da Lei nº 8.666/93 e o caso da ARTESP

Gabriel Fajardo	55	
1	Introdução.....	55
2	O papel dos investidores na concessão: de financiadores a concessionários	56
3	Modelagem do edital de licitação: é possível superar a racionalidade da Lei nº 8.666/93?	58
4	As estratégias adotadas pela ARTESP para a entrada de novos atores nas concessões de rodovias paulistas.....	61
5	O caso do Lote Centro-Oeste Paulista e as inovações trazidas no edital de concessão.....	63
6	O caso da rodovia Piracicaba-Panorama.....	65
7	Conclusão.....	68
	Referências.....	70

Contratação integrada no RDC: a majoração de prazos decorrente de sua adoção no Brasil

João Paulo Forni, Maria Tereza Dias	73	
1	Introdução.....	73
2	Considerações teóricas sobre a redução de prazos na contratação integrada	80
3	Estimativas dos prazos NA CI	82
4	A contestação empírica do pressuposto de redução de prazos na contratação integrada	87
5	Análise crítica dos dados obtidos.....	96
6	Considerações finais.....	99
	Referências.....	102

O ato administrativo contratual como instrumento normal ao serviço dos poderes do dono de obra pública

Jorge Alves Correia	105	
1	A previsão do ato administrativo contratual na lei nacional.....	105
2	A natureza dos atos de exercício dos poderes de conformação da relação contratual.....	109
2.1	A alternativa poder público-direito potestativo.....	109
2.2	Sentido da qualificação das declarações do contraente público	110
2.3	A alternativa do acordo endocontratual	113
3	Autoridade e consenso no contrato de empreitada de obra pública.....	115
4	Desvios à regra do caráter excepcional do ato administrativo contratual.....	118
5	Nota conclusiva	121

O regime de suprimento de irregularidades de propostas e candidaturas nas Diretivas da União Europeia e no Código dos Contratos Públicos português

Jorge Pação	123	
1	<i>O suprimento da impossibilidade de suprir</i> na versão original do Código e a motivação do legislador de 2017	123

2	As <i>origens</i> do regime	130
3	Uma <i>decomposição</i> do artigo 72.º, n.º 3, do CCP	137
3.1	A <i>norma de competência</i> e o que a rodeia	137
3.2	O conceito de “irregularidade” e o traçar de fronteiras com a “ <i>teoria da degradação</i> ”	139
3.3	O conceito de “formalidade” e o apurar da sua (não) <i>essencialidade</i>	141
4	O regime nacional perante a jurisprudência do Tribunal de Justiça. Em especial, o Acórdão <i>Lavorgna</i>	146
	(i) Breve análise do Acórdão <i>Lavorgna</i> (C309/18).....	148

Regime de Licitações das Empresas Estatais: evolução institucional em busca de maior eficiência e melhores resultados

Manuelito P. Magalhães Júnior	153
1 Antecedentes	153
1.1 O Regime Diferenciado de Contratação (RDC): aperfeiçoando o modelo tradicional de contratações.....	154
1.2 Contratos de Parceria Público-Privada e de Concessões: novos avanços no modelo de contratação.....	157
1.3 Uma breve consideração sobre os prazos nos contratos	160
2 A Lei nº 13.303/2016 e o regulamento de licitações	161
2.1 Principais Novidades da Lei nº 13.303/2016 no processo de contratação das estatais.....	163
3 Os “contratos de parceria” e a busca dos melhores resultados.....	169
4 Considerações finais.....	172
Referências.....	175

Oportunismo e assimetria de informações nos contratos administrativos

Marcela Campos Jabôr	177
1 Considerações iniciais: o paradoxo da formação dos contratos administrativos e a desconexão com a realidade da sua futura execução	177
2 Oportunismo nos contratos administrativos	178
3 Assimetria de informações na formação dos contratos administrativos incompletos	182
4 Considerações finais.....	187
Referências.....	188

Parâmetros para a aferição da exequibilidade da proposta em licitações para a concessão de serviços públicos

Rafael Hamze Issa	189
1 Introdução.....	189
2 Os dois tipos contratuais envolvidos no presente estudo: contratos de delegação de atividades públicas e contratos de colaboração com a administração pública	191
3 As características remuneratórias dos contratos em estudo e a inaplicabilidade do artigo 48, <i>caput</i> , inciso II e §1º, da Lei nº 8.666/93 aos contratos de concessão de serviços públicos.....	195
4 Conclusões	201
Referências.....	202

A exigência de fundamentação na contratação pública como instrumento de salvaguarda da concorrência

Raquel Carvalho	205
0 Introdução: as novas intenções das Diretivas de 2014	205
1 A concorrência como orientação fundamental da contratação pública.....	209

2	O dever de fundamentação das decisões em contratação pública como fator de proteção da concorrência.....	210
3	Os momentos relevantes de fundamentação na fase procedimental	211
3.1	A promoção da fase de preparação do procedimento – a consulta preliminar	211
3.2	A decisão de contratar	212
3.3	A sujeição às regras da contratação pública.....	213
3.4	A escolha do procedimento e a aprovação das respetivas peças	214
3.5	As peças do procedimento	219
3.6	A decisão de adjudicação	224
4	A fundamentação em sede de execução dos contratos públicos.....	225
5	Conclusão.....	226
	Instruções para os autores.....	229